



**EVOLUÇÃO
ORÇAMENTAL
DA SEGURANÇA
SOCIAL E DA
CAIXA GERAL DE
APOSENTAÇÕES ATÉ
JUNHO DE 2020**

SUMÁRIO

EXECUTIVO



setembro de 2020



SUMÁRIO EXECUTIVO

A execução orçamental da Segurança Social no 1.º semestre de 2020

Entre janeiro e junho de 2020, a Segurança Social registou um excedente de 352 milhões de euros (M€) em contabilidade orçamental pública. Expurgando o impacto do Fundo Social Europeu (FSE) e do Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas (FEAC), atingiu um excedente de 269 M€. Para este resultado contribuiu unicamente o resultado do Sistema de Proteção Social e Cidadania, com um excedente de 364 M€, uma vez que o Sistema Previdencial registou um défice de 95 M€.

A posição orçamental da Segurança Social até junho encontra-se somente influenciada pela despesa excecional e temporária provocada pela situação pandémica SARS-CoV-2 (COVID-19), uma vez que até junho ainda não ocorreu nenhuma transferência do OE para compensar o aumento atípico na despesa. Excluindo o impacto desta despesa no saldo da segurança social – e não contabilizando o impacto da presente conjuntura sobre a despesa com prestações de desemprego, doença, assim como a perda de contribuições sociais, mas cujos efeitos não é ainda possível dissecar – obter-se-ia um excedente de 1145 M€.

A receita efetiva da Segurança Social, excluindo as transferências do FSE e do FEAC, decresceu 2,6%, contrastando com a previsão de crescimento de 4,8% implícito no Orçamento da Segurança Social para 2020 (OSS/2020). Este resultado reflete uma diminuição da receita de contribuições e quotizações de 2,3% no 1.º semestre (que compara com o aumento de 6,3% esperado no OSS/2020), em resultado da contração da atividade económica e do emprego, bem como o impacto das medidas implementadas relativas à isenção do pagamento de contribuições associados ao lay-off simplificado e ao diferimento do pagamento de contribuições para entidades empregadoras e trabalhadores independentes.

A despesa da Segurança Social, excluindo as despesas com suporte no FSE e FEAC, cresceu 12,6% (ou 1457 M€) no 1.º semestre de 2020. A execução da despesa traduz o impacto da deterioração do cenário macroeconómico resultante da crise pandémica, a ação dos estabilizadores automáticos, por via do subsídio de desemprego, mas também o impacto orçamental das medidas excecionais de resposta

aos efeitos económicos, sociais e sanitários desencadeados por aquele fenómeno epidemiológico. As medidas excepcionais e temporárias de resposta à COVID19 foram responsáveis por 60% do aumento da despesa efetiva. Sem elas a despesa efetiva teria aumentado de 5% face a igual período de 2019. Adicionalmente, a evolução da despesa evidencia também o crescimento homólogo dos encargos com pensões (3,5%), a despesa com prestações de desemprego (18,7%), a prestação social para a inclusão (27,8%), o complemento e subsídio e complemento por doença (13%) e a parcela de atualização extraordinária de pensões (18%). O OSS/2020 apontava para um crescimento da despesa de 8,8%.

O comportamento da despesa com pensões reflete a combinação da atualização do valor das pensões com o aumento do seu número em 1,1%. Contrariamente ao verificado em anos anteriores, a desagregação por tipo de pensão demonstra um aumento do número em todos os tipos de pensões, com incrementos de 1% nas pensões de velhice, de 1% nas pensões de sobrevivência e de 2,4% nas pensões de invalidez.

A execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações no 1.º semestre de 2020

A Caixa Geral de Aposentações (CGA) atingiu um excedente orçamental de 190 M€ no 1.º semestre de 2020, embora para o conjunto do ano esteja previsto um défice de 67 M€ no Orçamento do Estado para 2020 (OE/2020). Em termos homólogos registou-se uma melhoria de apenas 17 M€ devido ao efeito de base decorrente da autorização, em janeiro de 2019, de uma exceção à alteração contabilística ocorrida a partir de 2019 nas retenções na fonte efetuadas nas pensões pagas pela CGA. Expurgado desse efeito, o excedente orçamental da CGA aumentou 137 M€.

O crescimento da receita efetiva da CGA na primeira metade do ano (4,4%) está acima do previsto para o conjunto do ano (1,0%). O aumento das contribuições para a CGA contrasta com a redução anual prevista e o ritmo de crescimento das transferências correntes do Orçamento do Estado até junho foi mais acentuado do que o previsto no OE/2020. A receita proveniente de quotas e contribuições aumentou 6%, apesar de a redução do número médio de subscritores se ter acentuado para 3,0% no 1.º semestre de 2020. Contudo, a massa salarial dos subscritores aumentou 3,0%, na sequência do descongelamento das progressões na carreira do pessoal das administrações públicas. As “outras receitas correntes” (maioritariamente juros recebidos no âmbito da gestão financeira de reservas especiais) diminuíram, em contraste com o acréscimo anual que está implícito no OE/2020.

A variação homóloga da despesa efetiva da CGA está influenciada pela referida exceção autorizada em janeiro de 2019 na sequência da transição entre normativos contabilísticos. Em termos ajustados, a despesa efetiva da CGA aumentou 1,3% até junho, estando previsto

um acréscimo de 1,0% no conjunto do ano. A despesa com pensões e abonos da responsabilidade da CGA (que representa cerca de 90% da despesa efetiva prevista para 2020) aumentou 0,9% em termos ajustados, acima dos 0,6% previstos para o conjunto do ano.

O total de aposentados, excluindo pensionistas de sobrevivência, ascendeu a 481 612 no final de junho de 2020, mais 3276 do que no final de junho de 2019 (mais 4436 pensões de “velhice e outros motivos” e menos 1160 pensões de invalidez). O valor médio da totalidade das pensões de aposentação/reforma aumentou ligeiramente, de 1331€ no final de junho de 2019 para 1336€ no final de junho de 2020.

A diferença negativa entre o número de subscritores e número de aposentados continua a acentuar-se: no final de junho de 2020, esta diferença fixou-se em -57 448, correspondendo a um aumento homólogo dessa diferença, de 16 879. Tal aumento – justificado pelo facto de o ritmo de diminuição de subscritores (-3,1%) ter sido mais acentuado que o do total de aposentados (-0,7%, excluindo pensionistas de sobrevivência) – contribui para o desequilíbrio do sistema, implicando a necessidade de maiores transferências do Orçamento do Estado, tal como já ocorreu no primeiro semestre de 2020.